GT 05 – FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

OBJEÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA AO REDUTO DA "POLÍTICA DE CONSENSO" SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Júlio César Apolinário Maia[1]
Michele Silva Sacardo[2]

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica. Diretrizes curriculares. Política de consenso. Educação Física.

Introdução: Educação Física & formação de professores – "cenas de um casamento (in)consensual"[3]

O presente arrazoado busca apreender, na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), uma alternativa teórico-pedagógica, ante os princípios adotados pelas Diretrizes Curriculares da Educação Física (DCNEF), para a formação de professores nesta área. Para tanto ilustra, numa primeira seção, o panorama conflituoso que cerceia a especificidade desta formação na atualidade, e, por conseguinte, apreende influentes elementos articulados às políticas educacionais da década de 1990 que implicam, notadamente, no campo do pensamento educacional brasileiro e em sua influência para com a formação de professores. O esforço de síntese paira sobre o enaltecimento de subsídios teóricos advindos de uma tendência pedagógica progressista, a PHC, como contrafogo à debilitara formação de professores de Educação Física na configuração a priori circunstanciada.

Faz-se imprescindível, a título de localização do referido objeto de investigação, apreender que os episódios subsequentes ao processo último de revisão das DCNEF são, notadamente, avistados no turbulento cenário pós-Golpe de Estado em 2016. Vale destacar, dentre as intervenções do governo interino, durante o mês maio, sobre a presidência da república, a revogação da nomeação e a recondução dos membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), fato que culmina no processo de desmonte[4] deste conselho. Desta investida governamental o campo da formação de

[1] *Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí – E-mail: julio_maia@discente.ufg.br*
[2] *Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí – E-mail: smichele@ufg.br*
[3] Alusão à BRACTH, Valter. *Educação Física & ciência*: cenas de um casamento (in)feliz. 2. ed. Ijuí: Unijí, 2003.
[4] O processo de "desmonte do CNE" durante o governo interino de Michel Temer (2016-2018) é noticiado no Portal Brasil 247 sob o título "Governo interino desmonta Conselho Nacional de Educação". Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/240802/Governo-interino-desmonta-Conselho-Nacional-de-Educação.htm>. Acesso em: 14 nov. 2019.

professores em Educação Física salda o remanejo, e a consequente substituição do presidente e do relator da Comissão do CNE responsabilizada pela revisão das DCNEF. Constata-se, portanto, um processo de revisão cuja abertura estabelece-se num governo democraticamente eleito e o encerramento noutro golpista.

Assenta-se, no que tange o momento de encerramento deste processo de revisão curricular, o mote da presente investigação: a Resolução CNE/CES nº 06/2018, que, ainda sob a mesma égide da "política do consenso"[5] característica às DCNEF de 2004, institui e dá novas providências as DCNEF. Uma prévia leitura do documento em questão, com base nalguns destaques de seus artigos, revela a permanência de princípios que compunham as antigas DCNEF de 2004, fundamentais à orientação de uma perspectiva curricular para a formação docente em Educação Física atinente ao processo de reestruturação produtiva do capital (MAIA e SACARDO, 2019). Processo que, de acordo com a sensatez de Saviani (2005), tem adquirido protagonismo desde a década de 1990 e acarretado severas mudanças ao campo do pensamento educacional, em função do baluarte do ideário pedagógico neoliberal.

[5] O aparecimento deste termo tem início numa audiência, convocada pelo CNE no mês de dezembro de 2003, para selar um consenso em torno das novas DCNEF. Consequentemente, por falta de acordo ao final desta audiência, o processo de elaboração do documento foi prorrogado, o que implicou tanto na destituição da antiga Comissão de Especialistas, compromissada à sua concretização, quanto, por consequência, na constituição de uma outra para elaboração da proposta de DCNEF (TAFFAREL, 2009). Esta nova Comissão de Especialistas compunha-se por organismos representantes distintos, ligados à Secretaria de Educação Superior, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao Sistema de Conselhos de Educação Física (CONFEF/CREF), ao Movimento Estudantil de Educação Física (MEFF) e ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Este ardiloso momento tem seu desfecho no ano de 2004, quando a recém-constituída Comissão de Especialistas encaminha uma nova proposta ao CNE, que publica a Resolução CNE/CES nº 07/2004, documento legítimo das DCNEF. O "consenso possível" entre ambos os envolvidos, portanto, adquire, verdadeiramente, uma noção de "falso consenso" entre o CBCE e o Sistema CONFEF/CREF, como fizeram ressalva à época representantes da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, na impossibilidade sondada de sagrar-se uma Concepção de Licenciatura de caráter ampliado ante a petulância dos interesses mercantis do Sistema CREF/CONFEF. Para mais informações cf. TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. *Relato das audiências públicas no CNE dias 15 e 16 de dezembro de 2003*. 2009. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=224>. Acesso em 18 nov. 2019. O que se observa, a partir da Resolução CNE/CES nº 06/2018 é uma transposição do "consenso possível" à noção de "consenso passivo", haja vista a impossibilidade de sequer, neste segundo momento, haver envolvimento de organismos representativos da Educação Física na elaboração de suas Diretrizes. Vale ressaltar a negligência dada a todo o acúmulo teórico constituído ao entorno das audiências públicas realizadas por estes organismos no ano de 2015, com o intuito de dar novas providências às DCNEF. A noção de "consenso passivo" aqui projetada articula-se ao pensamento de Gramsci (2001), ao destacar, dentre as funções imprescindíveis aos intelectuais orgânicos no campo das superestruturas (sociedade civil e política), a manutenção do consenso "espontâneo" às grandes massas, ou seja, a preservação de uma confiança depositada pelas massas ao grupo dominante em função de seu prestígio no mundo da produção. A configuração de passividade, dos organismos representativos da Educação Física no seio da sociedade civil, recorrente à promulgação das DCNEF de 2018, é elucidativa da ação de cooptação dos intelectuais orgânicos representativos das classes dominantes sobre as massas, o que permite clara verificação de um "consenso passivo" ao instante. Para mais informações cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

O desdobramento da reestruturação produtiva às DCNEF

Auxilia-nos, Frigotto (2011), a entender que este processo de reestruturação produtiva, consolidativo dos anos 90 e representativo de uma "minoria prepotente", define o movimento de pêndulo metaforizado por Ianni (1986), a partir do qual entre a prospectiva de uma nação autônoma e soberana e um projeto modernizador de capitalismo dependente (ou seja, de articulação imediata da classe dominante brasileira ao Grande Capital Internacional), o pêndulo tende à segunda opção. Vale fazer ressalva, sobre tal processo de reestruturação sob a égide da então chamada "modernização capitalista", às contrarreformas neoliberais de caráter monetarista e rentista: ao propósito de privatização da nação e da desapropriação da face social do Estado a partir do liberalismo conservador[6], que parecia reaplicar a Teoria do Capital Humano a todos os organismos da sociedade civil.

Não obstante tem alcançado papel protagonista, neste processo de reestruturação, o pensamento educacional. As constantes contrarreformas, evidenciadas anteriormente, se orientaram vide exigência de uma demanda imediata de atualização e racionalização produtiva, ínterim em que, como aclara Chauí (2001), a educação tendeu-se, no campo da estruturação e gestação educacional, ao receituário neoliberal, e, no plano dos fundamentos teóricos de ensino, à agenda pós-moderna. Essa autora, portanto, releva haver intrínseca relação entre a pós-modernidade e a "economia globalizada" ambicionada pelas referidas contrarreformas educacionais na medida em que preconiza ser, a condição pós-moderna, a ideologia da nova forma de acumulação capitalista, que passa a substituir todos os conceitos fundamentais da condição moderna por novos outros, articulados a uma recém-constituída validade capaz de acompanhar a velocidade das necessidades últimas do vigente modo de produção.

Tal relação, entre neoliberalismo e pós-modernidade, pode ser explicada, em concordância à Saviani (2011), pelo conjunto de ideias pedagógicas no contexto de globalização neoliberal que passam a caracterizar um novo ideário pedagógico. Este ideário pedagógico, neoliberal, encontra solo fértil na noção de "economia global" que pairava sobre a "sociedade do conhecimento" durante o momento de transição ao Terceiro Milênio (DUARTE, 2008), o que lhe permitiu o status de influência sobre a elaboração das políticas curriculares para a formação docente àquele momento, logo também às DCNEF de 2004.

Ao se observar o plano de fundo característico às políticas curriculares emergidas durante a

[6] Em termos gramscianos tender-se-ia a pensar na mercantilização da sociedade civil (a escola, a igreja, o sindicato, o partido, a universidade e demais organismos constitutivos desta), ou, tão-somente, em sua sobreposição pelo par consenso/coerção que regula a sociedade política (GRAMSCI, 2007). Para mais informações cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

última década, pode ser confirmada a hipótese de que a influência das tendências pedagógicas constituintes do ideário pedagógico neoliberal tem persistido ao longo da segunda década do Século XXI. O esforço de síntese da presente investigação, portanto, partindo de uma demarcação de justaposição existente entre tais influências e as DCNEF de 2018, indaga a transposição de elementos do "consenso possível" à conformação de "consenso passivo" nas recém-promulgadas DCN da Educação Física. Em virtude disto tende ao contrafogo, a partir da PHC – uma tendência pedagógica progressista revolucionária –, da orientação assumida pela formação de professores nesta área, indiciando um novo prospecto de consenso: o "consenso ativo"[7].

Considerações finais: Esforço de síntese histórico-crítico – pela asserção do "consenso ativo" à formação de professores de Educação Física

Por valer-se do Materialismo Histórico Dialético, a PHC pressupõe a existência de um embate entre classes sociais com interesses antagônicos, do qual salta uma série de concepções hegemônicas, a exemplo: sobre homem, educação, sociedade, etc. (SAVIANI, 2011). Tais concepções circunscrevem a existência humana, portanto, como asseguram Marx e Engels (2007) n'*A ideologia alemã*, são definidas pelo modo de produção da vida material adotado por uma determinada sociedade, e é desta premissa que se vale a PHC para se reivindicar enquanto uma pedagogia revolucionária, que se contrapõe às concepções hegemônicas emergidas na atual configuração da sociedade, estratificada por classes, em que se estabiliza o sistema capitalista.

É por meio deste caráter revolucionário concebido à PHC que este arrazoado tenciona as políticas curriculares para a formação de professores de Educação Física, intimamente atreladas às concepções hegemônicas bem acatadas pelo ideário pedagógico neoliberal em suas múltiplas faces. A escolha desta pedagogia reivindica, sobremaneira, ao campo da formação de professores, e especificamente de professores de Educação Física, o domínio teórico para como a socialização dos conteúdos historicamente sistematizados pela humanidade, a vista de que a elevação cultural das massas significa, do ponto de vista pedagógico, a própria socialização dos meios de produção.

[7] A noção de "consenso ativo", na perspectiva gramsciana, é aqui utilizada enquanto contraponto à "política de consenso" no campo da formação em Educação Física. Este conceito, em Gramsci (2007) compreende a reabsorção, por parte dos organismos da sociedade civil, da sociedade política. No contexto da Educação Física significa o papel ativo e operante, por parte dos organismos representativos da área, sobre a formulação das DCNEF, haja vista o vicioso ciclo enfrentado ante o papel de omissão característico da última revisão, como também do papel de "falso consenso" saldado no ano de 2004. Dois momentos representativos da perca de uma plena articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, entre os organismos representativos da Educação Física no contexto da sociedade civil e a jurisdição que subsidia a formação de professores na área. Para mais informações cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Pasqualini e Mazzeu (2008) buscam ressaltar o mérito dado pela PHC a essencialidade do papel docente. Para as autoras torna-se imprescindível que haja, sobremaneira, conscientização acerca do papel de sua própria atividade pedagógica, qual seja: a transmissão do conhecimento elaborado pelo gênero humano às novas gerações, concedendo-as aptidão à produção e reprodução deste conhecimento, logo, conscientização pela transformação dos problemas que lhes são apresentados no âmbito da prática social. Noutras palavras, pode-se dizer que o papel do professor deve ater-se à passagem, por meio de um processo analítico desenvolvido no decorrer do processo de ensino, de uma visão sincrética da pratica social para outra sintética. Esta passagem, destarte, implica diretamente na composição dos organismos, competentes à sociedade civil, representativos da formação de professores, fortalecendo sua subversão ao grau de subalternidade aos tipos orgânicos de intelectuais representativos dos grupos dominantes. Noutras palavras o "consenso passivo" tende-se à dissolução ante a tomada de consciência de classe, por parte dos professores, como também em função da consequente articulação destes aos organismos da cultura, ao enaltecimento de novos intelectuais conscientes do papel nuclear da escola e propositores de uma interlocução dessa intencionalidade à sociedade política.

O papel do professor somente adquire tal finalidade a depender de uma consistente formação teórico-sólida, que lhe permita apoiar-se na reflexão filosófica e no conhecimento científico como atributos condicionantes à compreensão do homem como resultado de uma síntese de determinações múltiplas (DUARTE, 2003)[8]. Aqui se expressa, como bem salientam Saviani e Duarte (2010) o sentido da filosofia da educação para formação humana.

A importância dada à consistência teórico-sólida da formação docente, reivindicação exclusiva da PHC, pode fomentar a transfiguração dos elementos culturais em conteúdos escolares, como também interferir, de forma radical, na prática social global dos indivíduos e, por conseguinte, na consolidação de uma alternativa ao modelo vigente de sociedade. Portanto é a partir desta orientação que se afirma um processo de reorientação das DCNEF em contrafogo às concepções hegemônicas atinentes ao campo da formação docente, corriqueiramente assinaladas pela ação orgânica de intelectuais das classes dominantes.

Tem-se definido, assim, o ponto de partida para à crítica da formação de professores em Educação Física sob a égide das DCNEF apregoadas às predileções do ideário pedagógico neoliberal. Na medida em que estes documentos fortalecem a "epistemologia da prática", desde as

[8] Tal reflexão permite o educador transpor uma noção de prática pedagógica fragmentada, incoerente, desarticula e simplista, arguida de senso comum, a outra unitária, coerente, articulara e intencional, guarnecida do estado de consciência filosófica. Para mais informações cf. SAVIANI, Dermeval. *Educação*: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

DCNEF de 2004 entendidas como marco inicial, até o último grande acorde dessa sinfonia apreendido nas recém-promulgadas DCNEF de 2018, subsumindo-se ao baluarte da política de "consenso", urge-se, mais notória a cada vez, a importância de um estudo que reivindique uma perspectiva outra de formação, destituída da alienada conotação da essência dos fenômenos da Educação Física em sua manifestação tácita, utilitária e imediata. Urge-se a transposição da "política de consenso", em suas respectivas formas "falso consenso" e "consenso passivo" pela consolidação de uma nova forma: o "consenso ativo" e operante, designativo de uma concepção de formação docente apregoada aos interesses subalternos de classe e, por conseguinte, apreendido no comprometimento de intelectuais orgânicos de um novo tipo capacitados à promíscua articulação destes interesses, nascidos no esteio da sociedade civil, à sociedade política.

Referências

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 601-625, ago. 2003.

DUARTE, Newton. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusıes da assim chamada sociedade do conhecimento. In: DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 5-16.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MAIA, Júlio César Apolinário Maia; SACARDO, Michele Silva. **Do "consenso possível" à crítica necessária**: considerações iniciais sobre as DCNEF de 2018. Texto didático. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. Em defesa da escola: uma análise histórico-crítica da educação escolar. **Educação em Revista**, Marília, v. 9, n. 1, p. 77-92, jan./jun., 2008.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 15 nov. 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.